**O AUTORREGRAMENTO DA VONTADE: A RESIGNIFICAÇÃO DA
LIBERDADE CONCEDIDA ÀS PARTES NO PROCESSO CIVIL¹**

***THE SELF-REGULATION IN THE CIVIL PROCEDURAL LAW: THE NEW
SIGNIFICANCE OF FREEDOM GRANTED TO THE PARTIES IN CIVIL
PROCEDURAL CODE***

Nikolai Bezerra Frio

Mestre em Direitos Sociais pela Universidade Federal de
Pelotas. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de
Pelotas. Advogado. Pelotas/RS. E-mail:
nikolai_bezerra@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo tem por escopo analisar o tangível aumento da autonomia das partes na condução de seus conflitos na ótica do Novel Código de Processo Civil, como fenômeno da amplificação interpretativa do conceito de liberdade (*lato sensu*). Foram analisados para o desenvolvimento de tal objetivo, aspectos epistêmicos do direito à liberdade, sendo estabelecido um diálogo baseado em visões filosóficas contrastantes. Posteriormente, foram traçadas considerações gerais acerca da liberdade sob um viés ético-jurídico. Por fim, analisou-se a alteração conceitual da autonomia/autorregramento da vontade no atual Código, segundo a adoção de um modelo cooperativo de processo.

PALAVRAS – CHAVE: Liberdade. Direito Processual Civil. Novo Código de Processo Civil. Modelo Cooperativo Processual. Autonomia. Autorregramento.

ABSTRACT: The purpose of this article is to analyze the tangible increase of the parties' autonomy in the conduct of their conflicts from the perspective of the new Code of Civil Procedure, as a phenomenon of the interpretative amplification of the concept of freedom (*lato sensu*). The epistemic aspects of the right to liberty were analyzed for the development of this objective, establishing a dialogue based on contrasting philosophical views.

¹ Artigo recebido em 28/09/2019 e aprovado em 27/03/2020.

Subsequently, were drawn general considerations about freedom under ethical and legal perspective. Finally, we analyzed the conceptual alteration of the autonomy/self-regulation of will in the current Code, according to the adoption of a cooperative process model.

KEY WORDS: Freedom. Civil Procedural Law. Novo Código de Processo Civil. Procedural Cooperative Model. Autonomy/Self-regulation.

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. A complexidade do conceito de liberdade. 2.1 A liberdade em seu sentido filosófico: as contribuições de Mises e Hegel para uma perspectiva intersubjetiva. 2.2 À procura da liberdade dos “antigos” e “dos modernos”: a adoção de um sentido político-jurídico. 3 O autorregramento da vontade: uma liberdade substancializada pela noção de participação democrática. 3.1 A autonomia/autorregramento no processo civil e sua vinculação ao modelo processual cooperativo. 4. Conclusão. 5. Referências bibliográficas.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo parte de uma análise a respeito da liberdade, sobre o alicerce de algumas perspectivas provenientes das ciências humanas, discorrendo-se sucintamente a respeito da dicotomia entre a liberdade compreendida como valor político e suas consequências individualistas, em confronto com a liberdade entendida como valor ético, a qual fomenta a dignidade humana e o reconhecimento de seu valor intrínseco.

Em um segundo momento, avança-se em direção à perspectiva da relevância do desenvolvimento da liberdade individual para o sistema normativo, assim como para a condução do indivíduo em seu desenvolvimento e penetração na dimensão intersubjetiva dos conflitos sociais. A contextualização da liberdade individual como geradora de uma liberdade social perpassa a compreensão das liberdades jurídica e moral, essenciais para a orientação do desenvolvimento individual.

Por fim, serão observados os reflexos do desenvolvimento da autonomia pela análise dos modelos processuais ideias, procurando-se demonstrar a transição da autonomia/autorregramento em cada tipo, de forma a comprovar a consagração de uma

postura menos invasiva do Estado na esfera privada que, apesar de tutelar a maioria dos conflitos individuais, conferiu às partes a titularidade de uma função pública que autoriza o exercício da autonomia, desde que observados alguns deveres públicos.

2 A COMPLEXIDADE DO CONCEITO DE LIBERDADE

2.1 A liberdade em seu sentido filosófico: as contribuições de Mises e Hegel para uma perspectiva intersubjetiva

Ludwig Von Mises insere a liberdade no contexto das relações inter-humanas. O autor refuta, obviamente, as teses que atribuem à liberdade uma “originalidade” somente usufruída em estágios pré-sociais. Segundo sua compreensão, a liberdade diria respeito à possibilidade de um indivíduo escolher entre os modos de ação alternativos, ou seja, o homem seria livre se lhe fosse permitido escolher os fins e os meios para atingir o seu propósito. Em virtude disso, a liberdade de um homem seria restringida pelas leis da natureza, e pelo que o autor reconhece como “praxeologia”². Portanto, o homem não poderia almejar fins que fossem incompatíveis entre si. Logo, o homem não poderia estar imbuído da intenção de amealhar todas as vantagens provenientes da cooperação social, decorrente da divisão do trabalho, e ainda assim, agir impulsionado por um desejo de “desintegração da sociedade”. Em realidade, o homem teria de escolher a paz proveniente da vida em sociedade, ou à pobreza e a insegurança, resultado de sua opção pela guerra ou à “vida perigosa”. Aí residiria a diferença entre os resultados acarretados pela ação humana, daqueles atinentes às leis da física. Pois seria possível verificar, a depender da intenção do homem, se ele seria capaz de prejudicar somente a si, ou à toda coletividade. Quando atenta contra a sua integridade física, por exemplo, o homem prejudicaria a si mesmo; de outro

² “Praxeologia: do grego *praxis* – ação, hábito, prática – e *logia* – doutrina, teoria, ciência. É a ciência ou teoria geral da ação humana. Mises definiu ação como ‘manifestação da vontade humana’: ação como sendo um “comportamento proposital”. A praxeologia a partir deste conceito apriorístico da categoria ação analisa as implicações plenas de todas as ações. A praxeologia busca conhecimento que seja válido sempre que as condições correspondam exatamente àquelas consideradas na hipótese teórica. Sua afirmação e sua proposição não decorrem da experiência: antecedem qualquer compreensão dos fatos históricos” (MISES, Ludwig Von. *Ação Humana*. 3.1ª ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010, p. 23, nota de rodapé nº1).

lado, quando recorresse à prática de um ilícito, prejudicaria a ordem social como um todo, tendo em vista que a ação ilídima infringe às leis vigentes³.

Para tanto, o que deverá ser reprimido, segundo a sua tese, é a conduta capaz de desintegrar a cooperação e a civilização, pois o homem não poderia gozar da *pax social* e, outrossim, satisfazer os seus instintos animais. É por isso que na economia de mercado, de tipo *laissez faire*, existiria um campo em que o indivíduo seria livre para decidir acerca de suas ações, sem ter de preocupar-se em sofrer repressões⁴.

Disso advêm o substrato para o sentido de seu conceito de liberdade, porque o governo e as leis não suprimiriam a liberdade do sujeito a ponto de fazê-lo renunciar a sua autonomia e autodeterminação. No caso, a restrição seria devida apenas sobre a liberdade animal, que manifestar-se-ia sem se preocupar com os demais seres de sua espécie. Com isso, conseguir-se-ia restringir a ação mal-intencionada ou a sua pretensa malignidade, cujos efeitos poderiam propalar-se à coletividade. Desta forma, ao limitar-se à liberdade “instintiva”, restaria ao homem uma liberdade “surgida” por meio do contrato, a qual não lhe imporá a servidão, a não ser que fosse esta a sua vontade. Todavia, isso não o tornaria independente dos demais membros da sociedade, pois dentro de seu seio vigorearia uma dependência mútua entre todos os indivíduos⁵.

Mas é importante deixar claro que, para Mises, a liberdade somente seria assegurada pela lei e pelo governo, contanto fosse preservada a economia de mercado. Desse modo, ainda que bem-intencionado o governo, no caso de vir a limitar a liberdade econômica em prol de outras liberdades, faria em letra morta as provisões de natureza legal e Constitucional. A liberdade, como fica claro, é pelo autor entendida em seu sentido econômico, uma vez que esta liberdade seria fruto da competição decorrente do sistema capitalista, baseado no interesse legítimo da troca, e pela possibilidade de lucro⁶.

Portanto, embora Mises reconheça a necessidade de uma “intersubjetividade” sob o ponto de vista da promoção da liberdade, não utiliza exatamente este termo, mas acaba reconhecendo a necessidade da dependência mútua para o exercício da liberdade, que

³ *Ibidem*, p. 339.

⁴ *Ibidem*, p. 340.

⁵ *Ibidem*, Pp. 341-342.

⁶ *Ibidem*, Pp. 345.

considera, como visto, segundo um viés econômico. E não só, avança no sentido de refutar as intervenções do Estado sobre a liberdade segundo uma justificativa moral.

Noutro sentido, Hegel reconhece a vontade livre ou natural como decorrência dos instintos, desejos e tendências, que, por sua vez, seriam determinados pela natureza. Conquanto o seu conteúdo passe de alguma forma pelo filtro da razão, em virtude de sua “essência” imediatista, referido aspecto não seria capaz de alçá-lo a forma racional. Nesse sentido, por ser instinto, é constituído por uma generalidade e uma indeterminação que lhe são característicos, ampliando as possibilidades e a gama de objetos a serem satisfeitos. Sob outra perspectiva, quando a vontade é exteriorizada, passa da subjetividade inerente à consciência, ao plano da vontade real, tornando-se por isto uma vontade decisiva. A partir de então, a vontade emerge do plano da indefinição para o plano da decisão. Por esta razão, a vontade determina-se e também se diferencia em relação à sociedade. Ao ser determinada, a vontade torna-se finita por uma decisão da consciência. Porém, segue no campo “formal”, haja vista que sua forma ainda não corresponderia ao conteúdo da liberdade *per se*. Isso porque, Hegel compreende que o exercício da inteligência é em si uma atividade universal. Aqui começa a ser possível desvelar a relação entre a liberdade e a vontade, pois para o autor alemão, o universal está presente na individualidade do sujeito, ou seja, na sua vontade imediata (instintos), mas que permanece formal por ainda não ter alcançado à universalidade livre.

Desta forma, pelo exercício da inteligência, o querer subjacente ao imediato (instinto) é limitado pelo pensamento racional, que, ao inserir o instinto em um espaço finito, realizará um cerceamento às suas possibilidades. Desse modo, a vontade que inicialmente é infinita, apesar de não conseguir desvencilhar-se completamente desta esfera, começa a ser restringida. De acordo com essa definição, Hegel alega que a liberdade da vontade é o livre-arbítrio, “onde se reúnem os dois aspectos seguintes: a reflexão livre, que vai se separando de tudo, e a subordinação ao conteúdo e à matéria dados interior ou exteriormente”. Para o autor, o livre arbítrio se assenta entre a vontade determinada pelos instintos e a vontade livre em si. A vontade presente no livre-arbítrio ainda continua sendo uma contingência da vontade, dos desejos e instintos, contida no âmbito subjetivo do sujeito. Ademais, a vontade até o presente instante ainda não se tornou livre, uma vez que não observou o direito, a moralidade, nem o plano objetivo. Nesta categoria, a subjetividade não atende aos aspectos

formais e materiais, tendo em vista que não consegue coadunar-se com a influência de uma eticidade ou moralidade proveniente do meio social. Até porque, seria impossível apartar o homem do meio em que vive, da sua família, da eticidade presente em sua vida, inclusive, levando em consideração que a edificação de sua consciência decorre justamente do movimento dialético entre o “eu” e o seu exterior.

Portanto, a vontade do indivíduo somente seria livre diante do reconhecimento da vontade do “outro”. Ao incorporar elementos do meio social, a vontade ultrapassaria a esfera dos instintos, atingindo à esfera da racionalidade, que é caracterizada pela universalidade. Em vista disso, por pertencer ao “universo”, a racionalidade poderia ser descrita como livre graças a sua “reflexividade”, que conduziria o indivíduo a estabelecer um liame entre a razão e sua vontade. Nesse espeque, a escolha realizada pela vontade poderá ser tida como racional em virtude da mudança da vontade do sujeito, que deixa de agir como um “ente” particular, de modo a agir como um ente que se relaciona com os demais “entes”, seguindo os ditames provenientes da externalidade ou objetividade.

A partir disto, a vontade subjetiva do indivíduo contemplaria a objetividade contida no universal. Assim, a realização da objetividade permitiria ao indivíduo, pelo exercício de sua razão, alcançar à universalidade - onde reside a liberdade. Quando o indivíduo restringe seus instintos a partir do seguimento de regras ou ditames de natureza social, internaliza-os, e de certa forma confunde os aspectos subjetivo e objetivo, mas acaba abrindo possibilidades à alteridade, pois somente pela observância de critérios objetivos decorrentes do meio social, é que o indivíduo poderá tornar a sua vontade racional. Deste modo, o autor identifica a necessidade de um reconhecimento intersubjetivo que deve superar as meras obrigações morais.

Em realidade, a atenção ao “externo” assumiria papel relevantíssimo para a construção da racionalidade do eu. Nesse *locus* estaria inserida a alteridade, considerando que o indivíduo teria de atentar ao “outro”, qualquer que seja ele, para possuir uma vontade livre. Em suma, pode-se dizer que para o autor alemão a liberdade é entendida com base na compatibilização de subjetividades, do “eu” e do “meio social” (objetividade), estando propensa à universalidade ou racionalidade⁷.

⁷ HEGEL, G. W. F. *Princípios da filosofia do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1997, Pp. 19-30.

Desse modo, pode-se identificar em Hegel a contribuição de ter tratado a liberdade em um sentido intersubjetivo de ação e reconhecimento, internalizado e externalizado. Apesar desta contribuição, como também ficou claro, o autor alemão norteia sua fundamentação para que a ação humana alcance à universalidade, que, sob outras formas, atinge o seu ápice com a “razão suprema” do Estado⁸.

Então, ao somar-se essa percepção mais afeita a um Estado forte ou totalitário, com a posição liberal de Ludwig Von Mises, tem-se de um lado o exercício da liberdade que não deve ser interferido de modo algum, haja vista que é garantia para a efetividade das demais liberdades e direitos, e de outro lado, faz-se presente a liberdade tomada sob um viés intersubjetivo, de reconhecimento entre sujeito e sociedade, em uma dialética que condiciona “a vontade” a certos ditames sociais. Conforme poderá ser visto a seguir, ambas formulações poderão ser notadas nos conceitos jurídicos de liberdade positiva e negativa.

2.2 À procura da liberdade dos “antigos” e “dos modernos”: a adoção de um sentido político-jurídico

Benjamin Constant defende duas espécies de liberdade: a pertencente aos antigos; e a outra, de domínio dos modernos. A liberdade aludida como sendo dos antigos, seria aquela exercida coletivamente, mas de forma direta, como no caso da votação de leis, no pronunciamento de julgamentos, no exame de contas, etc. Nesta hipótese, a vontade do Estado teria primazia sobre a liberdade privada dos cidadãos. Por outro lado, a liberdade dos modernos seria baseada na independência dos indivíduos em desprestígio ao Estado, contanto que o seu exercício se desse de maneira pacífica pelos cidadãos. Portanto, não seria cabível abdicar da liberdade dos modernos em favor daquela atribuída aos antigos, porque estes teriam sacrificado menos para alcançarem mais vantagens, tendo em vista que nos tempos mais remotos, o poder era exercido por um número maior de pessoas. Ao fim, Constant conclui que a independência individual seria a primeira das necessidades

⁸ “A vontade livre, considera por Hegel como atributo da pessoa, age, em última análise, para provocar a sujeição consciente do indivíduo ao Estado todo poderoso, somente dentro do qual ele pode ter objetividade, verdade e ética, pois os direitos do Estado sobre os indivíduos são direitos soberanos” (RAO, Vicente. *O direito e a vida dos direitos*. v. II. 3. ed. anot. e atual. São Paulo: RT, 1991, p. 541).

modernas, de modo que não poderia ser submetida à liberdade política (CONSTANT, 2007, Pp. 408 e 415).

Inclusive, Norberto Bobbio diz que Constant

[...] mostrou com uma precisão até então desconhecida a diferença entre os dois modos distintos de se entender a liberdade na linguagem política, de modo que depois dele a confusão se torna mais rara. Antes não era assim: um exemplo bastante conspícuo dessa confusão encontra-se na obra política de Kant, o qual se vale de ambos os conceitos de liberdade, sem contudo jamais distingui-los claramente; e ao levar a crer, através de definição explícita, que utiliza o termo liberdade no sentido rousseauiano de autonomia, de autodeterminação coletiva, não permite que se perceba com clareza que a liberdade por ele invocada e elevada a fim de convivência política é a liberdade como não impedimento, a liberdade individual⁹.

A liberdade política e as liberdades civis, de acordo com Amartya Sen, são relevantes de um modo direto, ou seja, não seria necessário considerá-las de acordo com os seus efeitos sobre a economia. Isso ocorreria, pois ainda que os sujeitos gozem de uma liberdade econômica, tal situação não produziria, *incontinente*, um desfrute das liberdades consideradas relevantes para se conduzir vida, por exemplo, como o que acontece com os indivíduos que são de alguma forma privados de participar das decisões da *res publica*. Tendo em vista que essas limitações privariam a vida social e política dos cidadãos, por isso, deveriam ser consideradas prejudiciais, ainda que não repercutissem outros males. De todo modo, as liberdades políticas e civis integrariam a liberdade humana, e sua negação transformar-se-ia em uma deficiência. Portanto, quando fossem analisados os direitos humanos fundamentais, seria necessário ter-se em conta a importância instrumental das liberdades políticas¹⁰.

Diante disso, o papel instrumental da liberdade serviria para coadunar vários direitos em prol da expansão da liberdade geral. Isso porque, a sua característica instrumental é baseada no fato de todas as espécies de liberdade possuírem entre si uma correlação, assim,

⁹ BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. 20ª reimpr. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010, p. 105.

¹⁰ SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como liberdade*. 8ª. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.31.

cada espécie de liberdade poderia tornar-se um meio para o fortalecimento das demais liberdades¹¹.

Contudo, as diferenças entre as liberdades surgiriam em função dos aspectos “processo” e “oportunidade”. Deste modo, como a liberdade trataria de processos de tomada de decisões, tendo por objetivo angariar resultados considerados mais valiosos, não seria possível caracterizar a liberdade unicamente por seu resultado econômico. Não seria possível, igualmente, conceber a participação em decisões políticas como algo efêmero, mas sim, parte constituinte da finalidade do desenvolvimento humano¹².

As ideias esposadas contribuem como um “prefácio” ao debate acerca da concepção negativa e positiva de liberdade, o que poderá ser visto com mais pormenor, a seguir.

Os conceitos de liberdade positiva e negativa justificam posições antagônicas¹³ no debate político travado pelas correntes liberal e a corrente a qual identificaremos como democrática¹⁴. Para os liberais clássicos, a liberdade é entendida como um *laissez faire*, o qual não deveria sofrer a intervenção do Estado; para a corrente democrática, a liberdade não significaria a liberdade em si, mas a concepção baseada no respeito do cidadão para com as leis que ele mesmo criara. Então, como é perceptível, a liberdade para os liberais compreenderia uma não interferência, com o seu alcance contíguo ao atribuído a licitude, ou seja, o limite da liberdade se configuraria aqui pela máxima bastante conhecida: aquilo que não sendo nem obrigatório nem proibido é permitido. Em relação à doutrina democrática, o

¹¹ *Ibidem*, p.54.

¹² *Ibidem*, p.329.

¹³ “(...) o Estado deixa de ser ordenador (modelo liberal) e promovedor (social) para assumir a feição de transformar as estruturas sociais. Não é por nada que a Constituição estabelece que o Brasil é uma República e que tem objetivos de erradicar a pobreza, promover justiça social, colocando a idéia de Welfare State como núcleo essencial da Constituição (art. 3º), além dos dispositivos que tratam da intervenção do Estado na economia, no papel do Estado na promoção de políticas públicas, etc. Este é o ponto: em um país como o Brasil, em que o intervencionismo estatal até hoje somente serviu para acumulação das elites, a Constituição altera esse quadro, apontando as baterias do Estado para resgate das promessas cumpridas da modernidade. D’onde é possível dizer que não será a iniciativa privada que fará a redistribuição de renda e a promoção da redução de desigualdades, mas, sim, o Estado, no seu modelo alcunhado de Democrático de Direito, plus normativo em relação aos modelos que o antecederam. Deixemos de lado, pois, tanta desconfiança com o Estado. O Estado, hoje, pode – e deve – ser amigo dos direitos fundamentais. E esta é uma questão paradigmática” (STRECK, Lenio Luis. *Verdade e consenso: constituição, hermenêutica e teorias discursivas. Da possibilidade à necessidade de respostas corretas em direito*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lume Juris, 2009, p. 143).

¹⁴ Seguindo uma classificação ampla, podemos inserir nesta corrente: Jürgen Habermas, Ronald Dworkin e Robert Alexy, para citar os mais renomados.

conceito de liberdade poderia ser descrito segundo a união da autonomia e da vontade. Portanto, a liberdade seria livre se a vontade do indivíduo pudesse se autodeterminar¹⁵.

Desta forma, o autor Isaiah Berlin ao tratar da liberdade negativa vai aduzir que esta espécie de liberdade é representada como sendo uma esfera infensa à interferência externa. Em realidade, haveria uma proporcionalidade entre a liberdade e a não interferência, pois quanto maior fosse o espectro de não interferência, maior seria o campo de atuação da liberdade. Contudo, uma absoluta liberdade poderia acarretar uma fratura social, já que em defesa da liberdade, outros valores poderiam ser afetados. Isto aconteceria porque, optando-se pela não interferência na esfera privada, ou melhor, pela garantia absoluta da liberdade, seja por razões materiais ou até mesmo psicológicas - tendo em vista que alguns não pretendiam usufruir de sua liberdade para que outros o fizessem -, tal desapego poderia fomentar o surgimento de um governo despótico.

Desse modo, a liberdade dos fortes seria preservada em detrimento da dos mais fracos. Daí decorre a reprovação sofrida pela concessão ilimitada de liberdade apenas para alguns. Por isso, a fim de resolver a situação, a área de livre atuação do indivíduo começou a sofrer restrições da lei. Desta situação resultou, segundo o autor, o questionamento para se saber até que ponto seria possível obstruir o exercício da liberdade de outrem. Foi, então, observada a necessidade de distinguir-se as áreas pertencentes a atividade da vida privada, daquelas áreas sobre as quais incidirá uma limitação advinda do Poder Público. E, ainda cingindo sua análise acerca das distinções dos tipos de liberdade, o autor refere que o conceito positivo de liberdade teria surgido juntamente com a noção de responsabilidade individual. Ao final, reconhece que os dois tipos de liberdade seriam distinguíveis - apesar de alguma semelhança, pois o seu objeto de análise seria idêntico, a liberdade, dado que a ideia positiva de liberdade conformaria uma autorrealização do indivíduo, mas também uma inserção no contexto da convivência social¹⁶.

Dworkin rebate a estrutura do argumento de Berlin, haja vista que a liberdade em si não poderia ser considerada um valor tão ou mais importante do que a democracia. Isso, porque a democracia exige, sob qualquer forma de governo, uma tessitura legal que limita

¹⁵ RAATZ, Igor. *Autonomia privada e processo civil: negócios jurídicos processuais, flexibilização procedimental e o direito à participação na construção do caso concreto*. Salvador: Juspodivm, 2017, p. 95.

¹⁶ BERLIN, Isaiah. *Quatro ensaios sobre a liberdade*. Tradução Wamberto Hudson Ferreira. Brasília: UNB, 1981, Pp. 136-151 e 167.

direta ou indiretamente o exercício da liberdade. Nesse caso, o governo tem de se comprometer com a liberdade, entretanto, sem deixar de preservar a dignidade dos cidadãos. Desse modo, a igual dignidade entre os cidadãos exigiria uma proteção do governo, ao passo que a liberdade não poderia comprometer a dignidade. Neste ponto, Dworkin revela o seu argumento a respeito do conceito, ao defender que a liberdade não significa uma autonomia total, mas uma autonomia substancial (limitada). Então, para que as pessoas não se sentissem frustradas por eventual restrição ao exercício de sua autonomia - devido à ação de um ato normativo específico, a solução fundar-se-ia no estabelecimento de uma “concepção explicitamente normativa de liberdade”. O que, sob o ponto de vista conceitual, causaria uma diminuição no “peso” da liberdade, pelo menos, ao ser comparada com o princípio da igualdade¹⁷.

E encerra o raciocínio, quando a respeito da liberdade positiva leciona,

[...] a dignidade não requer independência em relação ao governo noutras questões; uma comunidade política deve tomar decisões coletivas sobre a justiça e a moral e deve poder impor coercitivamente essas decisões. Isso prepara o terreno para a questão da liberdade positiva. Não posso estar livre do controle coercitivo em questão de justiça e de moral, mas a minha dignidade requer que eu possa desempenhar um papel nas decisões coletivas que exercem esse controle¹⁸.

Para Norberto Bobbio, os conceitos citados seriam complementares, já que a vontade compreendida como autonomia exige para o seu exercício um ambiente de não interferência. Desta forma, a preservação de um espaço de licitude seria condição *sine qua non* para que os cidadãos pudessem exercer seu direito à liberdade¹⁹.

Nesse sentido, menciona Habermas,

esses direitos dos cidadãos têm, de um lado, a mesma estrutura de todos os direitos, os quais abrem ao indivíduo esferas da liberdade de arbítrio. Mesmo sem levar em conta as diferenças nas modalidades de uso desses direitos, os direitos políticos também devem poder ser interpretados como liberdades de ação subjetivas, as

¹⁷ DWORKIN, Ronald. *Justiça para ouriços*. Coimbra: Almedina, 2012, Pp. 376-377.

¹⁸ *Ibidem*, p. 387.

¹⁹ BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. 20ª reimpr. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010, p. 282.

quais simplesmente fazem do comportamento legal um dever, portanto liberam os motivos para um comportamento conforme a regras. De outro lado, o processo legislativo democrático precisa confrontar seus participantes com as expectativas normativas das orientações do bem da comunidade, porque ele próprio tem que extrair sua força legitimadora do processo de um entendimento dos cidadãos sobre regras de sua convivência. Para preencher a sua função de estabilização das expectativas nas sociedades modernas, o direito precisa conservar um nexo interno com a força socialmente integradora do agir comunicativo²⁰.

Isso acontece, uma vez que os direitos subjetivos não se referem a indivíduos atomizados e alienados, que ombreiam interesses, sempre conflitantes. Partindo de elementos da ordem pública, esses direitos pressupõem a colaboração de sujeitos que reconhecerão reciprocamente direitos e deveres, como membros livres e em igualdade de direitos. Este reconhecimento recíproco é essencial para a ordem jurídica, donde é possível retirar direitos que poderão ser reclamados judicialmente. Assim, os direitos subjetivos demonstram a sua fonte próxima a do direito objetivo, considerando que este último produz os direitos reconhecidos reciprocamente. Desta forma, a legitimidade das leis garante que a liberdade encontre uma resposta no interior do sistema jurídico, uma vez que o princípio do direito, estabelecido hipoteticamente no “contrato social”, conforme Habermas, ligaria a vontade do legislador às condições de um procedimento democrático cujos resultados apareceriam segundo o consenso racional de todos os cidadãos. Portanto, a autonomia dos cidadãos só poderia adquirir um sentido positivo através do exercício de sua autonomia política²¹.

3 O AUTORREGRAMENTO DA VONTADE: UMA LIBERDADE SUBSTANCIALIZADA PELA NOÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

Aduzir a respeito do Estado Democrático é evidenciar a superação da forma liberal e da forma social de Estado. Em ambos, o Estado almeja que todos se adaptem à ordem

²⁰ DWORKIN, Ronald. *Justiça para ouriços*. Coimbra: Almedina, 2012, p. 115.

²¹ *Ibidem*, Pp.121; 127.

estabelecida. Além disso, tem o intento de manter a separação entre a sua esfera de atuação e a da sociedade civil.

Diante disto, quanto mais evidente a separação entra a sociedade civil e o Estado, mais afetada é a cidadania, que se converte em uma relação hierarquizada, tipicamente de clientela, sendo relegado ao cidadão um papel secundário. Assim, sob a influência de uma ideologia voltada à imperativos democráticos, o Estado acaba realizando um reconhecimento, e também, permitindo uma maior participação de grupos da sociedade em relação às decisões políticas mais relevantes, a partir da recondução de tais decisões à vontade popular. Por isso, fomenta-se uma maior participação dos cidadãos nos rumos políticos do país, sendo convertido o seu papel anterior, de meros recebedores da ação interventiva do Estado, para o desempenho de um papel mais ativo no processo democrático²².

A relação hierarquizada característica do Estado social é alterada para uma noção mais horizontalizada entre o cidadão e o Estado. Isso porque, o Estado social acabou transformando-se em uma grande empresa sobre as demais empresas, o que não condiz com uma concertação de interesses, imprescindível, devido à complexidade da sociedade atual. Na verdade, toda a modificação deste cenário vai colaborar para o retorno da discussão entre o que pertence conceitualmente às esferas privada ou pública, tendo em vista que a autonomização dos grupos sociais, os quais formam a sociedade civil, passam também a representar a defesa de um interesse²³ público²⁴.

Assim, a autonomia democrática da sociedade se insere em um cenário limitado por uma vinculação material, em razão da autonomia privada, que se baseia na liberdade e nos

²² RAATZ, Igor. *Autonomia privada e processo civil: negócios jurídicos processuais, flexibilização procedimental e o direito à participação na construção do caso concreto*. Salvador: Juspodivm, 2017, p. 86.

²³ “(...) público e privado irão se entrecruzar constantemente, o que não quer dizer que não haja separação entre eles; mas sim que não existe solução simples para essa tensão. A não convivência social nas democracias modernas é o resultado dos compromissos necessários entre essas duas esferas. Público e privado têm de ser redefinidos numa relação de tensão e complementaridade. Delineia-se, pois, um novo paradigma, onde o cidadão deverá ter a oportunidade de influir nos centros decisórios e **onde o público não se resume ao estatal**. Como defende Menelick de Carvalho Netto: o interesse público é o de todos os afetados pelo exercício do poder e não, necessariamente, o de uma determinada administração. E mais do que isso, seguindo as ideias de Menelick de Carvalho Netto, não apenas é impossível agora partir de uma natural definição do que é público e do que é privado, mas que essa indefinição supõe o fato de que ambas dimensões estão em **tensão**, sendo **co-originais**. A distinção não é um dado per se evidente” (BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco. *Recursos extraordinários no STF e no STJ: conflito entre interesse público e interesse privado*. Curitiba: Juruá, 2009, p. 263, grifos do autor).

²⁴ RAATZ, Igor. *Autonomia privada e processo civil: negócios jurídicos processuais, flexibilização procedimental e o direito à participação na construção do caso concreto*. Salvador: Juspodivm, 2017, p. 87.

demais direitos fundamentais. Por isso, há uma implicação constante entre os conteúdos do Estado e do direito, não sendo suficiente a mera promoção dos direitos, mas uma verdadeira mudança das situações estabelecidas. Então, no atual estágio da democracia, ou melhor, no estágio do Estado Democrático, as liberdades pessoais são importantes para o desenvolvimento da economia, na justa medida em que também contribuem para a satisfação do comerciante; entretanto, a salvaguarda da liberdade rege-se sob o fundamento da dignidade humana e não do mercado²⁵.

Deste modo, o povo não exerce seu poder político única e exclusivamente por meio de representantes, mas por meio de sua vontade individual. A cidadania tem um papel fundamental para a democracia, porque esta é realizada pelo exercício efetivo daquela. Inclusive, é de se atentar para o comando inscrito no art. 1º, inciso I da Constituição de 1988, que consagra a cidadania como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito. Além disso, existem algumas possibilidades legislativas, as quais levam com mais consideração, a autonomia do indivíduo para o exercício da cidadania, veja-se o caso da iniciativa popular, do plebiscito e do referendo, previstos no art. 14 da CF/88. Por fim, tratando-se da função jurisdicional, os conceitos de democracia e cidadania prelecionam que o jurisdicionado tem o direito de participar na formação da decisão judicial, uma vez que é ato fenomenológico que exterioriza o poder estatal²⁶.

Portanto, levando-se em consideração que no processo as partes condicionam através de suas vontades o exercício de um *múnus* público, exercido pelo magistrado em seu mister, é interessante observar, neste âmbito, o exercício da autonomia pelos sujeitos processuais, já que, ao submeterem o Poder estatal, em virtude da instrumentalização de suas ações, estarão, conseqüentemente, dando relevo à democracia, pois terão participado direta e indiretamente da ordem jurídica.

Então, é preciso intensificar a análise sobre como o processo recebe a influência dessa noção de liberdade “substancializada” pela participação.

3.1 A autonomia/autorregramento no processo civil e sua vinculação ao modelo processual cooperativo

²⁵ *Ibidem*, p. 89.

²⁶ BARREIROS, Lorena Miranda dos Santos. *Fundamentos constitucionais da cooperação processual*. Salvador: Juspodivm, 2013, Pp. 232-233.

O autorregramento²⁷ pode ser compreendido como fundamento para as declarações conscientes de vontade, por facultar a escolha de categorias jurídicas (consequências) às partes que compõem uma determinada relação, por isso, poderá ser limitado ou pré-estabelecido pelo elemento ou conjunto de elementos que compõem o suporte fático²⁸ das normas. Decorrência lógica do princípio da liberdade, o autorregramento da vontade é verificável em todo o direito, variando apenas em relação aos limites que o ordenamento estabelece ao seu exercício. O princípio do autorregramento da vontade vem a integrar o conteúdo eficaz do direito fundamental à liberdade. Pois o princípio visa assegurar²⁹ às partes o direito de disciplinar suas condutas dentro do processo, a fim de resguardar o conteúdo da liberdade. Contudo, apesar de sua previsão não estar explícita³⁰ no *Novel Código*, o princípio do autorregramento da vontade deverá fazer parte daquele rol constante das normas fundamentais do Processo Civil, mas além disso, sua instauração veio para auxiliar o desfazimento da ideia de irrelevância da vontade no processo. Em realidade, pode-

²⁷ Defendendo a denominação de autorregramento em desfavor da autonomia, considerando que é um termo mais adequado à seara pública, cujo posicionamento ora adotamos, o ilustre (PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de direito privado. Parte Geral*. Tomo III. Rio de Janeiro: Borsoi, 1954, Pp. 55-56, § 255).

²⁸ Suporte fático é a previsão de algo como um fato ou evento que ocorre no mundo da vida e que por alguma razão vem a interessar à objetividade normativa. Desta forma, é previsto em hipótese normativa anteriormente à realização do acontecimento relevante juridicamente. Quando este último ocorre, realiza o suporte fático e passa agora a outra categoria, a de consequência jurídica (MELLO, Marcos Bernardes de. *Teoria do fato jurídico: plano da existência*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 41).

²⁹ O *Novel Código* é estruturado de modo a estimular a liberdade dos jurisdicionados, pois: “a) dedica um capítulo inteiro para regular mediação e conciliação (arts. 165-175); b) estrutura o procedimento de modo a pôr a tentativa de autocomposição como ato anterior ao oferecimento da defesa pelo réu (arts. 334 e 695); c) permite a homologação judicial de acordo extrajudicial de qualquer natureza (art. 515, III; art. 725, VIII); d) permite que, no acordo judicial, seja incluída matéria estranha ao objeto litigioso do processo (art. 515, §2º); e) permite acordos processuais (sobre o processo, não sobre o objeto litigioso). (...) II) É a vontade da parte que delimita o objeto litigiosos do processo (arts. 141 e 490, CPC) e do recurso (art. 1002 1013, CPC). Não por outra razão, o §2º do art. 322 do CPC determina que a postulação deva ser interpretada de acordo com a boa-fé, exatamente como se deve fazer em relação aos atos jurídicos de um modo geral (art. 113, código civil), como se sabe, ato jurídico é ato voluntário. III) O CPC prevê um número significativo de negócios processuais típicos, tais como a eleição negocial de foro (art. 63)” (DIDIER JR., Fredie. Princípio do respeito ao autorregramento da vontade no processo civil. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (Coord.). *Negócios processuais*. 3 ed. Salvador: Juspodivm, 2017, Pp. 35-36).

³⁰ BARREIROS, Lorena Miranda dos Santos. *Convenções processuais e poder público*. Salvador: Juspodivm, 2017, Pp. 187-188.

se dizer que o autorregramento da vontade se configura como aquele poder que dá existência aos negócios jurídicos processuais³¹³² (BARREIROS, 2017, Pp.187-188).

De acordo com Raatz,

O Novo Código de Processo Civil prestigia tríade autonomia, liberdade e democracia em diversos dispositivos. Ao prescrever que “é permitida a arbitragem na forma da lei” (art. 3.º, §1.º, NCPC), nada mais faz que reconhecer expressamente um âmbito de autonomia às partes para escolher submeter a controvérsia ao judiciário ou valer-se da arbitragem. Os diversos dispositivos legais que versam sobre a mediação e a conciliação também têm como pressuposto uma maior ênfase na autonomia das partes e, em contrapartida, uma redução do âmbito de ingerência estatal. Chega-se, inclusive, na mediação e conciliação, a conferir à autonomia da vontade um papel decisivo para regê-las inclusive no que diz respeito às regras procedimentais (art. 166, 4º, NCPC) (RAATZ, 2017, p. 187).

A concepção de autonomia privada como um poder para ordenar-se a si próprio, ou em outras palavras, para criar normas que mais bem atendam aos seus interesses, foi acatada pelo Novel Código. Neste sentido, o art. 190 do NCPC atribuiu na disposição do art. 190 do NCPC o poder para “estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo”, ratificando a posição de que a autonomia ingressou definitivamente no rol dos princípios fundantes do novo Código³³.

³¹ Art. 190 do NCPC/2015, em seu caput prevê: “Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo”. Transcrito o caput do artigo referido anteriormente, a passagem a seguir poderá ser mais bem compreendida: “O CPC prevê uma cláusula geral de negociação processual, que permite a celebração de negócios jurídicos processuais atípicos, uma vez preenchidos os pressupostos do caput do art. 190. Dessa cláusula geral surge o subprincípio da atipicidade da negociação processual, a mais importante concretização do princípio do autorregramento da vontade no processo civil e, por isso, o exemplo mais evidente da densidade normativa que esse mesmo princípio possui no direito brasileiro” (DIDIER JR., Fredie. Princípio do respeito ao autorregramento da vontade no processo civil. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (Coord.). *Negócios processuais*. 3 ed. Salvador: Juspodivm, 2017, p. 37).

³² De acordo com Pedro Henrique Nogueira: “Se a solução do litígio é benéfica a própria concretização da pacificação, nada mais justo do que permitir aos litigantes, inclusive quando não seja possível a resolução da própria controvérsia em si, ao menos disciplinarem a forma do exercício das suas faculdades processuais, ou até mesmo delas dispor” (NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. A cláusula geral de acordo de procedimento no projeto do Novo CPC (PL8.046/2010). In: FREIRE, Alexandre *et al.* (Org.) *Novas Tendências do Processo Civil- Estudos sobre o projeto do Novo Código de Processo Civil*. Salvador: Juspodivm, 2013, p. 17).

³³ RAATZ, Igor. *Autonomia privada e processo civil: negócios jurídicos processuais, flexibilização procedimental e o direito à participação na construção do caso concreto*. Salvador: Juspodivm, 2017, p. 188.

Todavia, não significa que o processo será privatizado, pois como é sabido, quando a autonomia entra no campo processual, terá de sofrer alguns limites. Mas o fato de o processo pertencer ao ramo de direito público não levará, imediatamente, à conclusão pela supressão do exercício da autonomia na seara processual. Por isso, investigar-se-ão a seguir os modelos ideias processuais, que segundo a sua ontologia, podem afetar sobremaneira o alcance eficaz do autorregramento da vontade.

Verifica-se pelas pesquisas em relação a separação do direito material e do direito processual, a permissão para uma distinção teórica que foi benéfica, inicialmente, não só ao desenvolvimento do direito processual civil, soerguendo-o à independência científica, como também, em prol da tutela dos direitos. Desta forma, sob a influência da ideologia do Estado Social, característico do Estado interventor, o Processo Civil passou a conferir ao magistrado maiores poderes para condução do processo, inclusive, ampliando sua iniciativa probatória. Nesse sentido, foi imposto às partes um papel meramente burocrático, sendo-lhes retirado, sobretudo, os poderes concernentes à participação do convencimento do juiz. Assim, sob o influxo desse cenário ideológico, constrói-se um modelo inquisitivo de processo, de cariz publicista. Ou seja, o processo não é mais visto como ambiente das partes, muito pelo contrário, agora responde por uma relação jurídica administrada pelo Estado, sob a batuta do juiz, a quem compete exarar a decisão de mérito, e que pouco considera a vontade das partes³⁴.

É por esta razão que se costuma identificar dois modelos de processo: um adversarial e outro, inquisitorial.

Como melhor resume Fredie Didier Jr,

[...] o modelo adversarial assume a forma de competição ou disputa, desenvolvendo-se como um conflito entre dois adversários diante de um órgão jurisdicional relativamente passivo, cuja principal função é decidir o caso. O modelo inquisitorial (não adversarial) organiza-se como uma pesquisa oficial, sendo o órgão jurisdicional o grande protagonista do processo. No primeiro sistema, a maior parte da atividade processual é desenvolvida pelas partes; no segundo, cabe ao órgão judicial esse protagonismo³⁵.

³⁴ BARREIROS, Lorena Miranda dos Santos. *Convenções processuais e poder público*. Salvador: Juspodivum, 2017, p. 98.

³⁵ DIDIER JR., Fredie. *Curso de Direito Processual Civil: introdução ao direito processual civil e processo conhecimento*. v. I. 16. ed. rev. ampl. e atual. Salvador: Juspodivum, 2014, p. 346.

No modelo de processo adversarial prepondera um fundamento dispositivo e no direito inquisitorial, um fundamento inquisitivo. Quer-se dizer com isso que, quando o legislador atribui às partes maiores funções para a tarefa de conduzir o processo, entende-se que se está respeitando o fundamento dispositivo. No entanto, quando forem atribuídos maiores poderes ao magistrado em detrimento daqueles outorgados às partes, mais afeito estará o processo a um fundamento inquisitivo³⁶.

Contudo, em um modelo processual onde prepondera um fundamento dispositivo, o processo vira “coisa das partes”, e em um modelo predominantemente inquisitorial, o processo vira uma “coisa sem partes”. Assim, os princípios constitucionais do devido processo legal, da boa-fé processual e do contraditório servem de fundamento para um novo modelo processual: o processo cooperativo. O art. 6º do Novel Código assim o consagrou, expressamente: “Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva”³⁷.

Por intermédio deste modelo, tem-se uma revalorização do contraditório, que deixa de ser apenas uma regra constitucional - tomada como instrumento necessário para garantir a validade da decisão judicial, passando a exercer também o papel de assegurar o diálogo entre o órgão jurisdicional e os demais sujeitos processuais. Isto porque, a finalidade é evitar a apropriação processual, seja pelas partes ou pelo magistrado, como ocorria nos modelos processuais anteriores.

Essa participação não significa, todavia, que o magistrado será subalternizado em relação à construção da sentença. Muito embora o modelo adversarial promova um maior destaque das partes na condução do processo, sob o ponto de vista material e formal, acaba igualmente desconsiderando outros valores relevantíssimos da Carta de 1988, como a necessidade de salvaguardar os direitos fundamentais, por exemplo. Tal situação se explica, tendo em vista que essa visão além de se coadunar com uma postura inerte do magistrado, quase na forma “boca da lei”, também não se adequa às regras e aos princípios constitucionais. Por sua vez, o modelo inquisitivo, mais atrelado à necessidade de alcançar uma “decisão justa”, não consegue corresponder à necessidade de um modelo processual

³⁶ *Ibidem*, p. 346.

³⁷ BRASIL. *LEI Nº 13.105*, de 16 março de 2015. Código de Processo Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm. Acesso em: 18.05.2018, às 09:23.

participativo e democrático, conforme também preceitua a Constituição. Esta situação decorre da posição hierárquica exercida pelo órgão jurisdicional na relação jurídica processual, o que resulta em uma redução no espaço de colaboração das partes para edificação do provimento final. Portanto, com a verticalização da posição do magistrado em relação às partes, verifica-se a incompatibilidade com a necessária diálogicidade do processo³⁸.

Segundo Lorena Miranda Santos Barreiros,

Segue-se uma sequência lógica que conduz à conclusão de que esse é o modelo processual que mais bem se harmoniza com a essência constitucional brasileira: o Estado Democrático de Direito consagra a democracia participativa enquanto direito fundamental; esse direito deve ser concretizado pela participação do cidadão em todas as esferas do poder, o que inclui a função jurisdicional; o modelo processual cooperativo é o que mais bem realiza na prática o estado de coisas propugnado pelo princípio democrático na esfera processual; logo, a democracia participativa é, por si, já um fundamento constitucional do princípio da cooperação³⁹.

O modelo cooperativo, como não podia deixar de ser, tem o seu fundamento na cooperação processual. Esta cooperação procura concretizar a participação das partes no procedimento judicial, alterando a ideia verticalizada de relação jurídica processual, para o entendimento de uma comunidade⁴⁰ de trabalho processual, onde todos têm o dever de boa-fé e lealdade para tratamento com os demais, a fim de que o ato decisório seja exarado no lapso temporal mais exíguo possível. Ademais, o ambiente colaborativo permite às partes influenciar no provimento jurisdicional e, também, potencializa a isonomia do juiz, uma vez que, não obstante participe da relação jurídica como sujeito da comunidade de trabalho processual, deverá levar em conta todos argumentos expostos no instante da sua decisão.

³⁸ BARREIROS, Lorena Miranda dos Santos. *Fundamentos constitucionais da cooperação processual*. Salvador: Juspodivm, 2013, Pp.233-234.

³⁹ *Ibidem*, Pp. 234-235.

⁴⁰ Neste sentido, Daniel Mitidiero arrima sua teoria de colaboração processual sobre pressupostos sociais, lógicos e éticos, para aproximá-la do modelo cooperativo de processo, em que vigora a divisão do trabalho processual (MITIDIERO, Daniel Francisco. *Colaboração processual*. 3. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: RT, 2015, Pp. 63-92).

Contudo, a função de julgar ainda é um poder-dever⁴¹⁴² do magistrado, que se retira momentaneamente da relação horizontalizada para poder exercer o seu mister - prolatar a sentença.

Ora, se se promove uma comunidade de trabalho em que as funções serão compartilhadas para que se alcance em tempo razoável uma decisão mais justa possível, é indispensável, diante desse cenário, que às partes também possuam um âmbito de liberdade para que possam exercer sua autonomia, como a faculdade para dispor de alguns aspectos formais do litígio a ser solucionado. A necessidade da promoção da liberdade, e a imposição de deveres aos sujeitos processuais, demonstra o conflito entre o poder estatal e a eficácia da liberdade individual, assumindo o princípio da cooperação um papel fundamental na harmonização dessa tensão.

Não é de outro modo que Lorena Barreiros menciona,

[...] o princípio da cooperação fundamenta o princípio do respeito ao autorregramento da vontade no processo conquanto o alcance da solução justa para a causa será mais efetivo caso seja possível aos sujeitos processuais construir um procedimento mais idôneo ao atingimento daquele escopo. E tal papel será mais bem desempenhado pelas partes, que conhecem de modo mais detalhado as peculiaridades da demanda e, pois, estão mais aptas a contribuir para formatar o instrumento processual de modo mais adequado a essas particularidades⁴³.

⁴¹ “Desse modo envolvendo-se especificamente ao exame dos deveres decorrentes da aplicação do princípio da cooperação, tem-se que, para os juízes, o aludido princípio cria os seguintes: a) dever de esclarecimento, que significa o “dever de o tribunal esclarecer junto das partes quanto às dúvidas que tenha sobre as suas alegações, pedidos ou posições do juízo; b) dever de prevenção, ou seja, “o dever de o tribunal prevenir as partes sobre eventuais deficiências ou insuficiência das suas alegações ou pedidos, sendo aplicável, ademais, sempre que o êxito da demanda por uma das partes possa ser frustrado pelo inadequado uso do processo; c) dever de consulta, a que o juiz está adstrito sempre que pretender conhecer de matéria fática ou jurídica sobre a qual as partes não tiveram oportunidade de se manifestar. Este dever afasta o denominado julgamento surpresa; d) dever de auxílio, cabendo ao magistrado ajudar a parte na remoção das dificuldades ao exercício de seus direitos ou faculdades ou no cumprimento de ônus ou deveres processuais” (BARREIROS, Lorena Miranda dos Santos. *Fundamentos constitucionais da cooperação processual*. Salvador: Juspodivm, 2013, Pp. 198-199).

⁴² Por isso, no momento da decisão surge uma assimetria, uma vez que é seu dever julgar, na mesma medida em que possuem deveres os demais sujeitos processuais. Contudo, esta posição não é capaz de lhe conceder uma posição processual privilegiada, o que viria de encontro com a ideia de cooperação. Na verdade, há de se considerar que é uma função a si atribuída pelo ordenamento jurídico (DIDIER JR., Fredie. *Curso de Direito Processual Civil: introdução ao direito processual civil e processo conhecimento*. v. I. 16. ed. rev. ampl. e atual. Salvador: Juspodivum, 2014, p. 91).

⁴³ BARREIROS, Lorena Miranda dos Santos. *Convenções processuais e poder público*. Salvador: Juspodivm, 2017, p. 192.

Desta feita, a partir do modelo cooperativo de processo, entre outros aspectos, não será permitido que nenhum sujeito processual se exima de sua responsabilidade, de modo que não há um salvo conduto para manobras de má-fé. Por essa perspectiva, ao passo que o processo permite a autonomia para a prática de atos, em razão da divisão do trabalho processual, também exige a atenção de responsabilidades recíprocas entre os sujeitos processuais. Sendo assim, ao promover as liberdades subjetivas de ação, realiza sua inserção em um ambiente racional e democrático de condicionamento da cognição judicial, sem deixar de atentar às imposições decorrentes da legislação, construindo, portanto, um plano intersubjetivo dentro da seara processual.

4 CONCLUSÃO

Pelo exposto, enquanto o Estado Liberal deu primazia à liberdade negativa, sob a concepção da proibição estatal na sociedade e na vida privada do cidadão, o *welfare state*, identificado com o tipo de Estado social, acabou restringindo a liberdade em prol de valores como a igualdade ou a justiça social. Esse cenário acabou influenciando o Processo Civil, que à época outorgou ao órgão judicial poderes exclusivos para condução do procedimento, afetando a autonomia das partes e sua participação na edificação do ato decisório.

É assim que surge a ideia de Estado Democrático de Direito, que se insere como alternativa à contraposição entre Estado Liberal e Estado Social. Em realidade, com a instauração deste paradigma buscou-se um equilíbrio entre a autonomia privada e a pública. Deste modo, no Estado Democrático deve-se encontrar um equilíbrio entre as noções de liberdade negativa e positiva, entre o domínio público e privado. Isso porque, muito embora o processo civil pertença a seara do direito público, também serve de instrumento à tutela do direito dos particulares. Assim, é necessário defender dentro desses limites o exercício do autorregramento da vontade.

Nesse sentido ainda, o modelo de processo cooperativo caracteriza-se exatamente por articular os papéis processuais das partes e do juiz, porém, sem desconsiderá-los, a fim de atenuar a eterna tensão entre a liberdade das partes e o exercício do poder Estatal. Portanto, o processo fundado na cooperação não ignora o juiz, tampouco às partes.

Aliás, a defesa ou o respeito à compreensão do autorregramento no processo não se vincula a uma noção adversarial. Na verdade, visa garantir o exercício da liberdade no âmbito processual, observando as moderações indicadas por este ramo do direito. Busca, em outros termos, obter um ambiente processual em que o autorregramento da vontade possa ser exercido pelas partes sem a incidência de restrições injustificáveis.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco. *Recursos extraordinários no STF e no STJ: conflito entre interesse público e interesse privado*. Curitiba: Juruá, 2009.
- BARREIROS, Lorena Miranda dos Santos. *Fundamentos constitucionais da cooperação processual*. Salvador: Juspodivm, 2013.
- BARREIROS, Lorena Miranda dos Santos. *Convenções processuais e poder público*. Salvador: Juspodivm, 2017.
- BERLIN, Isaiah. *Quatro ensaios sobre a liberdade*. Tradução Wamberto Hudson Ferreira. Brasília: UNB, 1981.
- BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. 20ª reimpr. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- BRASIL. *LEI Nº 13.105*, de 16 março de 2015. Código de Processo Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm. Acesso em: 18.05.2018, às 09:23.
- CABRAL, Antonio do Passo. *Convenções Processuais*. Salvador: Juspodivm, 2016.
- CONSTANT, Benjamin. *Princípios de política aplicáveis a todos os governos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.
- DIDIER JR., Fredie. *Curso de Direito Processual Civil: introdução ao direito processual civil e processo conhecimento*. v. I. 16. ed. rev. ampl. e atual. Salvador: Juspodivum, 2014.
- DIDIER JR., Fredie. Princípio do respeito ao autorregramento da vontade no processo civil. *In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (Coord.). Negócios processuais*. 3 ed. Salvador: Juspodivm, 2017, Pp. 31-37.
- DWORKIN, Ronald. *Justiça para ouriços*. Coimbra: Almedina, 2012.

- HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. v. I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- HEGEL, G. W. F. *Princípios da filosofia do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MELLO, Marcos Bernardes de. *Teoria do fato jurídico: plano da existência*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- MISES, Ludwig Von. *Ação Humana*. 3.1ª ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- MITIDIERO, Daniel Francisco. *Colaboração processual*. 3. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: RT, 2015.
- NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. A cláusula geral de acordo de procedimento no projeto do Novo CPC (PL8.046/2010). In: FREIRE, Alexandre *et al.* (Org.) *Novas Tendências do Processo Civil- Estudos sobre o projeto do Novo Código de Processo Civil*. Salvador: Juspodivm, 2013, Pp. 15-27.
- PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de direito privado. Parte Geral*. Tomo III. Rio de Janeiro: Borsoi, 1954.
- RAATZ, Igor. *Autonomia privada e processo civil: negócios jurídicos processuais, flexibilização procedimental e o direito à participação na construção do caso concreto*. Salvador: Juspodivm, 2017.
- RÁO, Vicente. *O direito e a vida dos direitos*. v. II. 3. ed. anot. e atual. São Paulo: RT, 1991.
- REDONDO, Bruno Garcia. Negócios processuais: necessidade de rompimento radical com o sistema do CPC/1973 para a adequada compreensão da inovação do CPC/2015. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (Coord.). *Negócios processuais*. 3.ed. Salvador: Juspodivm, 2017, Pp. 396-399.
- SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como liberdade*. 8ª. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- STRECK, Lenio Luis. *Verdade e consenso: constituição, hermenêutica e teorias discursivas. Da possibilidade à necessidade de consenso: constituição, hermenêutica e teorias discursivas. Da possibilidade à necessidade de respostas corretas em direito*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lume Juris, 2009.